

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 10 2020	15h15min	EXTRAORDINÁRIA REMOTA	71

PARECER 03 CCJ

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer da CCJ ao Projeto de Lei nº 1.034/2020, que tem como objetivo vedar a concessão de título de utilidade pública a entidades condenadas, com sentença transitada e julgada, por prática do trabalho infantil.

Do ponto de vista da admissibilidade, está em conformidade com a Constituição Federal, com a Lei Orgânica e com o Regimento Interno desta Casa, bem como com as normas legais, gerais deste País.

Do ponto de vista da técnica legislativa e da redação também não se observa óbice, logo, não há qualquer justificativa para que o voto deste Relator não seja pela admissibilidade ao Projeto de Lei nº 1.034/2020.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.034/2020. (Pausa.)

Com a palavra a Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) –

Sra. Presidente, primeiro, quero elogiar o Deputado Cláudio Abrantes pelo projeto.